



ENTREVISTA

Racismo algorítmico, justiça epistêmica e reexistência digital: uma entrevista com Tarcízio Silva

Algorithmic racism, epistemic justice, and digital re-existence: an interview with Tarcízio Silva

Júlio Araújo

araudo@ufc.br

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

Kleber Silva

kleberunicamp@yahoo.com.br

Universidade de Brasília, DF, Brasil

Paulo Boa Sorte

pauloboasorte@academico.ufs.br

Universidade Federal de Sergipe, Alagoas, SE, Brasil

Eduardo de Moura Almeida

dumoura@gmail.com

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil

Resumo

Nesta entrevista concedida aos organizadores do dossier “Inteligência Artificial, racismo algorítmico e outras exclusões”, o pesquisador Tarcízio Silva compartilha reflexões centrais de sua obra seminal *Racismo Algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais* (Edições Sesc, 2022), uma das primeiras sistematizações críticas sobre o tema no Brasil. A conversa percorre as bases conceituais e políticas do racismo algorítmico, analisando como sistemas digitais, de tecnologias de reconhecimento facial a plataformas de recomendação, reproduzem e aprofundam desigualdades raciais sob a aparência de neutralidade técnica. O livro, nesse sentido, sistematiza o debate sobre racismo algorítmico e tensiona os limites entre técnica e política na era dos dados. O pesquisador também comenta os desafios da escrita e da curadoria de saberes negros na era dos dados, as tensões entre regulação, ativismo e justiça epistêmica, bem como as possibilidades de resistência gestadas nas brechas da política algorítmica.

Palavras-chave

Racismo Algorítmico. Inteligência Artificial. Justiça Epistêmica.

Abstract

In this interview, conducted by the organizers of the dossier “Artificial Intelligence, Algorithmic Racism, and Other Forms of Exclusion”, researcher Tarcízio Silva shares key reflections from his seminal work *Racismo Algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais* (Edições Sesc, 2022), one of the first critical systematizations on the subject in Brazil. The conversation explores the conceptual and political foundations of algorithmic racism, analyzing how digital sys-

Linguagem em Foco

Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 27/07/2025

Aprovação do trabalho: 03/11/2025

Publicação do trabalho: 09/12/2025



10.46230/lef.v17i3.16163

COMO CITAR

ARAÚJO, Júlio et al. Racismo algorítmico, justiça epistêmica e reexistência digital: uma entrevista com Tarcízio Silva. **Revista Linguagem em Foco**, v.17, n.3, 2025. p. 312-328. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguaginemfoco/article/view/16163>.

tems – from facial recognition technologies to recommendation platforms – reproduce and deepen racial inequalities under the guise of technical neutrality. In this sense, the book systematizes the debate on algorithmic racism and interrogates the boundaries between technique and politics in the data age. The researcher also comments on the challenges of writing and curating Black knowledge in the age of data, the tensions between regulation, activism, and epistemic justice, as well as the possibilities of resistance that emerge within the cracks of algorithmic politics.

Keywords

Algorithmic Racism. Artificial Intelligence. Epistemic Justice.

Introdução

A presente entrevista com Tarcízio Silva, autor de “Racismo Algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes sociais”, que é o primeiro livro publicado no Brasil sobre racismo algorítmico, propõe uma travessia crítica pelas conexões entre tecnologia, política e desigualdade racial. Para potencializar a leitura, as respostas foram organizadas em seis blocos temáticos que permitem compreender o alcance e a complexidade do debate. No primeiro, *Conceito e fundamentação*, Silva explicita as bases teóricas do racismo algorítmico, articulando-o ao racismo estrutural. Em seguida, em *Casos, exemplos e diagnósticos*, analisa situações emblemáticas, do reconhecimento facial aos sistemas de recomendação. O bloco *Tecnologia e poder* revela como as *big techs* e o Estado reproduzem hierarquias sociais sob a aparência de neutralidade. Já em *Resistência e alternativas*, são discutidas estratégias que vão da educação crítica à desobediência algorítmica. Em *Pessoal e epistêmico*, o autor reflete sobre os desafios da escrita e da curadoria de saberes negros, e, por fim, em *Futuro e imaginários*, projeta horizontes para a luta contra o racismo algorítmico. Essa organização evidencia não apenas a densidade das reflexões de Silva, mas também a relevância de sistematizar, em chave crítica e pedagógica, um debate urgente para o Brasil e o mundo.

1 Conceito e fundamentação

Entrevistadores – No livro, você afirma que o racismo algorítmico é uma atualização do racismo estrutural. Poderia explicar como essa atualização se dá na prática e quais são suas consequências sociais mais graves?

Tarcízio Silva – A perspectiva do racismo estrutural tem sido apresentada por intelectuais negras e antirracistas há algumas décadas tanto como lente de análise quanto caminho de incidência em políticas públicas. Do ponto de vista do racismo estrutural como lente de análise, significa abranger investigações sobre

a relação sistêmica de variáveis culturais, econômicas, institucionais, políticas e psicológicas que tornam o racismo, em países como o Brasil, um eixo central das relações sociais. Se entender a reprodução das hierarquias raciais de forma multidimensional e multidisciplinar é necessária, intelectuais como Ísis Conceição propõem que a abordagem estrutural centre a atenção nos arranjos e interações interinstitucionais, aqui entendidas em sentido lato. Apenas olhando dessa forma, podemos refletir as relações complexas de retroalimentação das hierarquias raciais. Assim podemos entender, por exemplo, como a exclusão deliberada de personagens negras nos ambientes narrativos populares – como novelas, digamos – está ligada à baixa representatividade de parlamentares negras e ambas se conectam com a construção antidemocrática da universidade brasileira. Quem pode formular opções, opiniões e avaliações sobre políticas públicas? Quem é considerado confiável como representante político? Quem é considerado um ser humano completo e complexo – e que pode ser visto como igual sobre o qual projetamos nossos anseios, medos, empatia e experiência? Todas essas perguntas estão relacionadas e para as respondermos precisamos entender como os mecanismos de reprodução das estruturas de hierarquia de valor entre humanos perpassa afetos, recursos, morais, intelectualidades e paixões multidimensionais. Assim, lentes estruturais sobre opressões, incluindo, mas não só a opressão racial, significam entender como as produções de valores nas relações sociais nas várias esferas da vida se retroalimentam ou se questionam.

Ao entenderem essas relações, movimentos de grupos minorizados politicamente têm lutado de forma simultânea em várias camadas da vida social por inclusão, reconhecimento e reparação. Sabemos que condenações de pessoas negras por crimes sem vítimas e de valor irrelevante, como furto de comida, chegam a instâncias superiores do judiciário não só pelas várias decisões racistas das pessoas diretamente envolvidas, mas também pela construção midiática e cultural de desumanização de pessoas negras e da construção da imagética do que é o crime e o criminoso. Nesse sentido, a disputa por políticas públicas por movimentos antirracistas leva em consideração os diversos fatores e variáveis que se conectam em várias dimensões da vida.

Mas o que acontece quando cada variável citada acima pode ser incorporada nos fluxos de decisões automatizadas delegadas a sistemas que se vendem como neutros e alienam as possibilidades de resistência nos pontos de conflito? A digitalização, plataformização e algoritmização das relações sociais e epistêmicas, sobretudo por ser realizada por um punhado de corporações vinculadas ao capital financeiro global, são modos de retomada de controle dos fluxos de produção, reforço ou disputa de valores entre indivíduos por todo o globo.

Então podemos entender racismo algorítmico como o modo pelo qual a disposição de tecnologias e imaginários sociotécnicos em um mundo moldado pela supremacia branca realiza a ordenação algorítmica racializada de classificação social, recursos e violência em detrimento de grupos minorizados. Tal ordenação pode ser vista como uma camada adicional do racismo estrutural, que vai além e molda o futuro e horizontes de relações de poder adicionando mais opacidade sobre exploração e opressão global racializada desde o projeto colonial.

Entrevistadores – Quais autores e teorias foram centrais para você formular o conceito de racismo algorítmico? Há alguma influência de pensadores do Sul Global que você considera essencial nesse debate?

Tarcízio Silva – Subacente à toda reflexão sobre racismo e antirracismo no Brasil, centralizo a contribuição teórico e política de sociólogas, historiadoras, antropólogas e juristas como Sueli Carneiro, Adilson Moreira, Abdias Nascimento, Lélia Gonzalez e Ísis Conceição. Como conceitos-chave para entender o fenômeno global do racismo antinegro, a abordagem de contrato racial de Charles Mills e sua leitura, por Sueli Carneiro, sobre o epistemicídio são essenciais para entender como o racismo algorítmico se liga à promoção estratégica da ignorância.

Em termos de produções de impacto global, o estudo do fenômeno “racismo algorítmico” pode ser caracterizado por duas grandes ondas de elaborações. A primeira é caracterizada por estudos de cientistas da computação e sociólogas estadunidenses que abordaram o impacto das tecnologias e ideologias do Vale do Silício no aprofundamento das desigualdades de raça, classe e gênero nos EUA. Autoras como Alondra Nelson, Latanya Sweeney, Bosah Ebo e Oscar Gandy Jr., produzem análise sobre racismo, mídias sociais, I.A. e tecnociência desde a virada do século. Publicações como “The Panoptic Sort”, de 1993, “Cyberimperialism”, de 2000, e “Technicolor: race, technology and everyday life”, de 2001, são exemplos de produções que inspiraram e formaram pensadoras críticas sobre tecnologia dos EUA que hoje são influentes no Brasil como Ruha Benjamin, Safiya Noble e Simone Browne. Em sua maioria conectam abordagens dos campos dos Estudos de Ciência em Tecnologia e da Economia Política da Informação em conexão com Teoria Crítica da Raça.

A partir da década iniciada em 2011, a popularização das plataformas de mídias sociais e, posteriormente, a nova fase de *hype* da inteligência artificial, motivaram reações através da emergência de trabalhos empíricos multidisciplinares. Estudos críticos de bases de dados, auditorias acionáveis e propostas de metodologias de mitigação de danos da I.A. caracterizam esta nova onda de

estudos sobre racismo algorítmico. Pesquisadoras como Joy Buolamwini, Timnit Gebru, Abeba Birhane, Rediet Abebe representam bem o atual momento. Não por acaso as últimas três citadas são de origem ou ascendência etíope, que originou uma convergência de fatores epistêmicos, políticos e científicos que resultou em uma geração que define um olhar global e sistêmico sobre as potências e riscos da inteligência artificial em um mundo – ainda – dominado pelo imperialismo, colonialismo e supremacia branca estadunidense.

Quanto ao termo em si, um dos primeiros formuladores de “racismo algorítmico” foi Syed Mustafa Ali, que apresenta o conceito em reflexões sobre como o imaginário de futuro distópico da branquitude ocidental depende da demonização colonial do Outro – como da negritude ou do Islã – para estabelecer seu ideal de desenvolvimento tecnológico hegemônico como único possível, incluindo suas camadas crescentemente explícitas de eugenia e destruição ambiental. Para meu trabalho, Ali é uma grande influência junto às demais autoras apresentadas, em especial Ruha Benjamin. Em capítulo que pudemos traduzir no livro “Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais”, Benjamin faz um apelo que “continuemos promovendo investigações acadêmicas que não sejam apenas sobre processos racializados, mas também apliquem uma lente de estudos racialmente críticos de ciência e tecnologia a todos os aspectos da vida social que atualmente são sufocados pelas lógicas carcerais” que direciona minha abordagem de pesquisa.

Entrevistadores – Você vê o racismo algorítmico como uma nova camada da necropolítica (Mbembe), ou como uma forma distinta de governamentalidade digital?

Tarcízio Silva – Parece que ambos os conceitos podem ser acionados no pensamento sobre racismo algorítmico. A tentativa de impor ideias de opacidade aos sistemas algorítmicos se vincula em particular com o componente da necropolítica que Achille Mbembe propõe ao “deixar viver” ou “deixar morrer”. Apesar do capitalismo neoliberal vender como diferenciais, em relação a imaginários de vida alternativos, noções de eficiência, gestão de dados e estatística, se fortalece o ideal de “correlação suficientemente aproximada” como meta aceitável. Abordagens de aprendizado profundo supostamente acertam o suficiente, ao mesmo tempo que melhorariam o custo-benefício das atividades automatizadas – sobretudo por aumentar velocidade e escala, enquanto também tentam eliminar o trabalho, mais notadamente os trabalhadores. Os frequentes erros são vendidos como casos isolados, uma postura que tem tido sucesso porque os impactados

negativamente são de grupos minorizados racialmente e politicamente.

Nesse sentido, me parece que uma liga entre necropolítica e governamentalidade digital, no que tange o racismo algorítmico, é que a desejabilidade da mediação algorítmica da vida é reforçada por táticas de promoção da ignorância que são característica indispensáveis do capitalismo racial. A noção de epistemologia da ignorância, de Charles Mills, cai como uma luva nas investigações sobre inteligência artificial pois nos permite explicar como milhões, incluindo trabalhadores subjugados, reforçam o falso imaginário de eficiência dos sistemas algorítmicos.

2 Casos, exemplos e diagnósticos

Entrevistadores – No livro, você menciona casos emblemáticos envolvendo reconhecimento facial, filtros de imagem e moderação de conteúdo. Qual desses exemplos, para você, mais evidencia o impacto real do racismo algorítmico no cotidiano das pessoas negras?

Tarcízio Silva – Acredito que a corrida por implementar reconhecimento facial no espaço público, tanto para segurança pública quanto para gestão de acesso e identificação de pessoas, é um exemplo mais emblemático. Temos uma década de evidências sobre os problemas técnicos, políticos e sociais da tecnologia, mas ainda assim ela se multiplica no espaço público brasileiro. A razão principal é que atualmente ela é vista como mecanismo de controle e segregação dos grupos indesejáveis pelos poderes hegemônicos e pela classe média branca gerencial, que acreditam que a violência estatal e privada manterá apenas negros e pobres como alvo. Mas a história do fascismo nos mostra que isso não é verdade.

Entrevistadores – Você acredita que há um padrão global nas manifestações de racismo algorítmico ou elas assumem características específicas em países como o Brasil?

Tarcízio Silva – Acredito que algumas particularidades do Brasil podem ser ligadas a três aspectos principais: a vulgaridade apartidária da imaginação carcerária no país; a contínua denegação do racismo; e o aprofundamento das assimetrias entre empresas de tecnologia e sociedade civil.

Primeiro podemos falar da vulgaridade da imaginação carcerária da tecnologia, um conceito desenvolvido por Ruha Benjamin. Para a socióloga, a ideologia tecnocêntrica do capitalismo racial empurra a imaginação sobre futuro da tecnologia para aplicações carcerárias e de controle como soluções para os problemas

sociais. A polícia brasileira mata mais de 6 mil pessoas por ano e estados governados por direita ou centro-esquerda parecem competir pelas piores políticas de segurança pública.

Não é um detalhe a ser ignorado o fato que o estado que liderou a implementação de reconhecimento facial no espaço público, para fins de violência estatal, foi a Bahia, governado há décadas pelo principal partido de centro-esquerda no país, o Partido dos Trabalhadores. A ineficiente implementação da tecnologia, que abriu precedentes para as centenas de projetos pelo país, foi realizada durante o governo de Rui Costa. Anos antes, uma frase do governador entrou para a história da necropolítica brasileira. Ao comentar chacina cometida por policiais militares que mataram 12 jovens desarmados e rendidos, disse “É como um artilheiro em frente ao gol”. Hoje Rui Costa é Ministro da Casa Civil do terceiro governo Lula e possível corresponsável pelas más decisões ou inércia do governo federal quanto ao combate ao racismo.

Um segundo ponto no Brasil é a contínua denegação do racismo, denunciada desde sempre por Lélia Gonzalez e outras intelectuais antirracistas. Apesar do tímido avanço no reconhecimento do racismo no país, fruto da mobilização dos movimentos negros e indígenas, basta uma pequena mudança de clima geopolítico para que parte da sociedade avance contra as conquistas realizadas. As políticas de ação afirmativa, por exemplo, apesar de serem reconhecidas pelo STF como constitucionais são frequentemente limitadas por táticas institucionais. Mesmo a inócuia abordagem DEI, de promoção neoliberal de diversidade pelo capital financeiro nas corporações, está sempre a um passo de ruir. Vimos em fevereiro de 2025 como a CEO da Vale, apenas poucos dias depois das declarações de Trump e empresas estadunidenses contra políticas de diversidade, correu para as mídias para declarar “a cultura woke está perdendo espaço” e contrapor inclusão com performance. Os poderes hegemônicos no Brasil são mediados, autorizados ou desautorizados de forma submissa ao centro global do capital – e buscam qualquer chance de aprofundar seu papel na extração colonial.

Finalmente, a assimetria das relações entre as grandes empresas globais de tecnologia e pesquisadoras e ativistas brasileiras é outro ponto que agiganta os desafios para combater o racismo algorítmico no país. Denunciar e reagir aos problemas das big tech globais no Brasil significa não só trabalhar contra seus problemas, mas também disputar contra um arsenal local de ferramentas coloniais da branquitude global, incluindo think tanks, lobistas, consultorias de relações governamentais e até laboratórios e grupos de pesquisa financiados pelas big tech.

Entrevistadores – O seu livro mostra que até os “likes” e os sistemas de recomendação participam de processos discriminatórios. Como podemos revelar a opacidade dessas estruturas para o público leigo, sem simplificar demais o debate?

Tarcízio Silva – Em grande medida, parece que os impactos dos sistemas algorítmicos no dia a dia das pessoas levam a uma compreensão emergente dos processos discriminatórios mesmo antes da elaboração teórica ou ainda da nomeação explícita. Entregadores de aplicativo, criadores de mídias sociais, cidadãos usando aplicativos de serviços públicos e até usuários de softwares de edição de imagens conseguem identificar e por vezes denunciar as manifestações do problema. Talvez identificar quais ferramentas associativas, jurídicas, políticas ou econômicas podem ser usadas para resolver os problemas seja o grande desafio. A noção de que soluções individuais bastam é reforçada pela disparidade de tempo disponível para engajamento com a questão e apoio às lutas coletivas. Talvez revelar a opacidade das estruturas é um ponto que deve ser acompanhado do oferecimento de alternativas de imaginários sociotécnicos, soluções de resolução, modos de busca por direitos etc. Por vezes, fazer a ponte entre estas duas camadas esbarra na rejeição, pela academia hegemônica, de estabelecer ideais normativos explícitos. Há, ainda, pesquisadores que acreditam que a academia apenas descreve, diagnostica e analisa os problemas – e não oferece soluções. Acionar a tríade pesquisa, ensino e extensão, com crescente valorização desta última, historicamente relegada a um espaço menor, é essencial para enfrentarmos os desafios contemporâneos.

3 Tecnologia e poder

Entrevistadores – Você argumenta que os algoritmos não são neutros, mas refletem interesses, valores e hierarquias. Em sua visão, qual o papel das big techs na reprodução dessas hierarquias? Elas atuam por negligência, lucro ou projeto político?

Tarcízio Silva – As evidências mostram uma combinação das motivações, que podem ser mais ou menos explícitas em momentos ou lugares específicos. Apesar do poder gigantesco do capital financeiro e do exercício interno da autoridade por CEOs e conselhos das *big tech*, ao fim e ao cabo cada empresa necessita de milhares de colaboradores – alguns deles terceirizados de forma precarizada – mas uma grande parte de profissionais relativamente bem pagos, formados por

boas universidades e de diferentes classes sociais, ainda que concentrados em regiões específicas. O debate sobre os limites da negligência, lucro ou projeto político pode ser bem traduzido nas emergências de rachaduras internas da epistemologia da ignorância das *big tech*. Quem são os profissionais da Google que organizaram os protestos contra o Projeto Nimbus, que oferece tecnologia para o apartheid israelense? Qual o perfil demográfico de Ibtihal Aboussad e Vanisha Agrawal, demitidas após protestar contra o apoio da Microsoft ao genocídio? Qual o padrão de gênero entre as corajosas ex-funcionárias da Meta que denunciaram o Facebook ao Senado americano?

Por outro lado, quais são as universidades e think tanks que formam os profissionais brasileiros das *big tech* que agem contra a própria soberania digital? Se olharmos o quadro de profissionais das grandes empresas de tecnologia, fica muito claro que a noção de interseccionalidade é muito bem entendida pelos times de recursos humanos das *big tech*. A identificação e reprodução de classes específicas de trabalhadores dispostos a serem engrenagens do poder das *big tech* em sua relação com o avanço da extrema-direita explica como as políticas de DEI, Diversidade, Equidade e Inclusão, falharam tecnicamente e foram politicamente abandonadas com a eleição de Donald Trump. O compromisso com responsabilidade social é incompatível com a ideologia dos grandes negócios voltados a escala e plataformação, portanto as crises internas se multiplicam. Considerando a correlação de maior compromisso com responsabilidade empresarial e ética entre profissionais de grupos historicamente minorizados, a coalizão Trump/*big tech* precisou avançar contra a diversidade e inclusão não só pelo racismo explícito e ódio da supremacia branca, mas porque esta última precisa da ignorância sobre seu papel no capitalismo racial para funcionar.

Entrevistadores – Você argumenta que os algoritmos não são neutros, mas refletem interesses, valores e hierarquias. Em sua visão, qual o papel das big techs na reprodução dessas hierarquias? Elas atuam por negligência, lucro ou projeto político?

Tarcízio Silva – – As ofensivas de diminuição do estado e de privatização de serviços públicos estão imbricadas com o uso da algoritmização para a promoção e manutenção de opressões e exploração, inclusive racial. Parte das contratações estatais de tecnologias imprecisas e ineficientes, mas aparentemente vistosas, beneficiam não só startups e *big techs*, mas também redes de intermediários que veem o estado como presa fácil para superfaturamento e desova de tecnologias e software.

Assim, uma diferença notável reside que na maioria dos países do Ocidente, os níveis de escrutínio possível do Estado são muito superiores ao escrutínio e pressão em empresas privadas. Defender um Estado democrático, plural e participativo significa manter um caminho de mitigação da voracidade do capitalismo. Adicionalmente, para muitas áreas o Estado é um dos maiores compradores de serviços e tecnologias, portanto acaba potencialmente um papel balizador ou fomentador de “inovações”.

Em relevante documento publicado em 2020 pela então relatora especial sobre discriminação racial da Nações Unidas, a dra. Tendayi Achiume, é apresentado um diagnóstico sobre o papel do estado no combate ao racismo em tecnologias digitais emergentes. Para o documento, estados devem tomar medidas imediatas e efetivas, particularmente nos campos de ensino, educação, cultura e informação, com a visão de combater preconceitos que levam a discriminação racial; devem prevenir e eliminar a discriminação racial no desenho e uso de tecnologias digitais emergentes, o que requer aderir esforços para resolver a ‘crise de diversidade’; e tornar avaliações de impactos em direitos humanos, igualdade racial e não-discriminação um pré-requisito para a adoção de sistemas baseados em tais tecnologias por autoridades públicas; entre outras recomendações.

O acúmulo de evidências sobre a relação entre promoção dos sistemas algorítmicos e aprofundamento das explorações e opressões os tornam incompatíveis com um Estado democrático e participativo. As ofensivas para privatização do Estado e do espaço público, através da promoção de conceitos como “GovTech” ou “Smart Cities” tentam também abordar esse problema, removendo o Estado como força comumente paradoxal, pois na teoria – e, eventualmente, na prática – é o lugar de expressão de força da sociedade civil através da pressão popular.

Entrevistadores – Como pensar a responsabilização ética e jurídica de desenvolvedores e empresas diante das consequências discriminatórias de seus sistemas?

Tarcízio Silva – Há um ordenamento jurídico relevante em países como o Brasil que já permite tomar ações contra processos discriminatórios realizados por empresas e por instituições governamentais. Este é um ponto de disputa relevante que parte da sociedade civil busca demonstrar e fortalecer. Em áreas onde o Brasil tem histórico relevante de proteção de direitos, como o direito consumerista e o sistema protetivo de crianças e adolescentes, há uma farta elaboração de análise de casos e propostas sobre quais são as lacunas que a tecnologia traz – ou

não traz. Por exemplo, a noção de responsabilidade objetiva, segundo a qual uma empresa deve reparar o dano causado pelo seu produto ou serviço independente de dolo é naturalmente uma abordagem que deve ser replicada para os serviços baseados em sistemas algorítmicos. Não por acaso, boa parte do lobby do setor privado buscou atacar esse argumento durante os processos deliberativos sobre regulação.

Mas a assimetria de poder entre o grande capital e os trabalhadores tem levado a ofensivas que tentam diluir consensos sobre direitos tanto no aspecto jurídico quanto regulatório quanto ideológico. A chamada “uberização” dos serviços pode ser vista como manifestação translúcida desse processo. Nas últimas décadas, as lutas trabalhistas em torno do mundo levaram a consolidação de algumas leis, conceitos e dinâmicas vistas por um tempo quase como conquistas inquestionáveis. Agora, os novos arranjos de exploração do “trabalho por aplicativo” conseguiram erodir consensos de uma forma rápida, avassaladora e plataformizada: portanto em escala e imbricada com ofensivas de exploração e opressão em outras camadas. O mesmo grupo de investimento que domina a iFood no Brasil também é acionista de empresas de finanças e educação plataformizada, como Brainly e Udemy, podendo promover crenças falsas de meritocracia e individualismo que reforçam seus processos de exploração. O termo “CLT” ter virado piada em conteúdo plataformizado, nas mídias sociais, não é um acaso.

4 Resistência e alternativas

Entrevistadores – Quais estratégias você considera mais eficazes hoje para resistir ao racismo algorítmico? Seriam as auditorias, a regulamentação estatal, a educação digital crítica, ou a desobediência algorítmica?

Tarcízio Silva – Acredito que é uma combinação das várias abordagens, levando em conta as limitações de cada uma delas. Parece-me que o associativismo e a busca por coletividade na luta contra o racismo em qualquer modalidade ou espaço passa por entender que as tentativas de retrocessos sempre estão à espreita. A educação digital crítica, por exemplo, não significa apenas utilizar as tecnologias de forma crítica, mas também entender quais alternativas existem e o papel político que exercem, quais relações tentam incorporar e quais processos tentam normalizar. A regulamentação estatal pode trazer alguns avanços, mas sempre é mediada pela efetividade dos processos, geração de dados e evidências, pressão pública e consolidação de jurisprudência – que também está sempre em disputa. Projetos alternativos de desenvolvimento para suprir necessidades reais, como comunicação digital, são limitados pela concorrência desleal, problemas de in-

teroperabilidade de sistemas e institucionalização do colonialismo digital. Por exemplo, quem consegue participar de uma reunião com ministério do governo federal sobre um tema de governança digital precisa usar a plataforma Teams da Microsoft, veja que absurdo! Talvez a ideia de desobediência, resistência ou recusa como horizontes possíveis acaba sendo a liga de todos os processos. Nos inspirar nas lutas antirracistas de quem veio antes e, muitas vezes, enfrentou cenários mais opressivos é essencial. Se a história nos mostra que muitos negros escravizados tiveram a força gigantesca de defender a sua própria liberdade no tribunal, qual pesquisador sério – seja essa pessoa negra ou não – pode se abster de denunciar os absurdos normalizados pela exploração impulsionada pelo tec-nocentrismo?

Entrevistadores – No campo das tecnologias, você enxerga experiências que caminhem na contramão do racismo algorítmico? Há tecnologias construídas com epistemologias negras ou decoloniais que você destacaria?

Tarcízio Silva – Parece-me que podemos considerar, a princípio, muitos projetos que desenvolvem iniciativas de superação das lacunas produzidas pelo colonialismo digital. Na área da linguagem, a produção de modelos e datasets para línguas chamadas de “baixo recurso” – ou seja, que possuem muito menos disponibilidade de dados digitais para treinamento é um exemplo. Comunidades de Processamento de Linguagem Natural em regiões da África, por exemplo, são exemplos de produção de iniciativas que fogem das demandas do mercado globalizado – ainda que sejam apropriados, em seguida, pelas próprias *big tech* em sua voracidade. Redes comunitárias de conectividade, mídia alternativa hiper-local, borbulham pelo Brasil como exemplos de tecnologias digitais voltadas a necessidades reais.

Mas é também necessário superar premissas falsas quando pensamos em tecnologia digital e o que vemos como “inovação” necessária. Se o aprendizado de máquina em escala apresenta tantos absurdos e erros discriminatórios e o seu objetivo, ao final das contas, é automatizar processos que podem ser feitos por humanos, será que devemos mesmo oferecer uma alternativa nos mesmos moldes? Ou estamos lavando a imagem irreal de uma tecnologia que se vende como desejável no futuro, mas não consegue se provar hoje? Talvez não precisemos de um ChatGPT antirracista. Talvez precisemos que os bilhões torrados pela OpenIA e Microsoft sejam direcionados à revalorização de bibliotecárias, curadoras, artistas e facilitadores de aprendizado.

Entrevistadores – No campo das tecnologias, você enxerga experiências que caminhem na contramão do racismo algorítmico? Há tecnologias construídas com epistemologias negras ou decoloniais que você destacaria?

Tarcízio Silva – A relação entre colonialismo, capitalismo e racismo é estreita e se retroalimenta, portanto, na maioria dos casos o termo “descolonizar os algoritmos” vai ser um oxímoro. Sistemas de inteligência artificial em escala baseados em dados pessoais através de modalidades de aprendizado de máquina estão todos ligados a lucro do setor privado e/ou controle estatal para fins ligados ao capital. Plataformas de mídias sociais, a vigilância biométrica no espaço público e os grandes modelos de linguagem para substituir trabalhadores não podem ser descolonizados, pois representam pontas de lança da violência colonial. Entretanto, se observamos que as abordagens simbólicas para inteligência artificial foram até, parcialmente, chamadas de “sistemas especialistas” por estarem relacionados a uma curadoria, controle e sistematização fina dos processos, por profissionais experts no domínio em questão, podemos vislumbrar abordagens equalitárias quando se trata de fins públicos e transparentes. Mas estes projetos não são os que recebem capa da Forbes ou Valor por conquistarem vultosos aportes do capital financeiro.

A curto prazo descolonizar os algoritmos no contexto real hoje significaria que comunidades de regiões exploradas, como o Brasil, se articulem para rechaçar as *big tech* - e conectem com solidariedade internacional para que tais empresas, como Microsoft, IBM e Google, sejam ao menos quebradas em várias outras devido a concentração de mercado, concorrência desleal e antitruste. A curtíssimo prazo, para nós pesquisadores brasileiros significa nos escandalizarmos e rechaçar o lobby que tais empresas têm realizado em instituições de ensino e pesquisa, incluindo universidades públicas e confessionais, e no setor público.

5 Pessoal e epistêmico**Entrevistadores – Você transita entre a pesquisa acadêmica, a curadoria cultural e a militância digital. Como essas experiências se cruzaram na escrita do livro?**

Tarcízio Silva – Acredito que essa conexão pode ser melhor avaliada pelas pessoas leitoras, mas um esforço deliberado foi reunir um olhar curatorial para o levantamento de dados, evidências e ideias. Entender qualquer fenômeno de forma densa significa realizar costura interdisciplinar de abordagens analíticas, casos, entrevistas, reportagens, documentos e controvérsias que são sempre in-

formadas pelo lugar – ainda que sempre transitório – de quem autora um livro. Todas as pesquisas e livros são políticos, mas alguns mais sinceros, alguns mais oposicionais, outros mais reformistas, outros mais conservadores.

Entrevistadores – Que desafios você enfrentou ao escrever um livro que articula linguagem acessível com densidade teórica? Houve alguma escolha estilística deliberada para dialogar com públicos fora da academia?

Tarcízio Silva – O livro fez parte da coleção *Democracia Digital*, uma série produzida pela Edições Sesc com curadoria do Sergio Amadeu, e uma preocupação inerente é acessar públicos mais amplos do que o estritamente acadêmico. Gostei muito de colaborar com a coleção por minha abordagem de pesquisa ser interdisciplinar justamente para conectar os diferentes modos de olhar para o problema, assim com os dados e evidências. A produção do livro tomou como fontes não só o referencial teórico-bibliográfico do campo, mas também entrevis-tas com especialistas de diferentes setores e os aprendizados coletados durante anos de manutenção da “Linha do Tempo do Racismo Algorítmico”, um projeto de registro, mapeamento e visualização de casos de manifestação do problema. Ao longo da publicação, uma decisão estilística foi costurar ao máximo as reflexões com relatos e descrições fluídas de casos registrados pela imprensa, usuários de tecnologias e ativistas. Acredito que essa decisão colaborou bastante com a circulação do livro além, é claro, da triste relevância do tema devido ao aprofundamento das violências engendradas pelas empresas de tecnologia.

Entrevistadores – Se você pudesse escrever uma nova edição do livro hoje, o que incluiria de novo, passado esse tempo desde a publicação?

Tarcízio Silva – Apesar de publicado em fevereiro de 2022, a rigor o livro estava pronto em outubro de 2020, então podemos afirmar que temos aí 5 anos de acontecimentos para poder responder essa pergunta. De 2020 para cá, parece que a radicalização do capitalismo racial pode ser identificada em vários locais e dados. Na frágil democracia dos Estados Unidos, a maior parte da população optou pelo avanço do extremismo e violência mesmo sabendo do histórico de atuação de Donald Trump. Desde sua eleição, a erosão de instituições e avanços sobre tecnologia, incluindo metodologias de controle de qualidade do NIST (*National Institute for Standards and Technology*) está sendo empreendida de forma acelerada. O *apartheid* israelense foi transformado em genocídio explícito, com apoio das outras potências do Ocidente. As *big tech* participam felizmente de

ambos os processos, além de serem beneficiadas pelos conflitos na África Central ligados à mineração de insumos como cobalto.

No Brasil, a antidemocrática *Comissão de Juristas responsável por subsidiar elaboração de substitutivo sobre inteligência artificial no Brasil* foi composta em 2022 sem nenhuma pessoa negra. Especialistas precisaram incidir para que a comissão incorporasse itens óbvios do ordenamento constitucional como a noção de “discriminação indireta”. O projeto de lei foi diluído em 2024 em comissão no Senado vice-presidida por um ex-ministro bolsonarista que favoreceu os interesses do setor privado. Agora em 2025, chegamos ao ponto de lobistas das *big tech* e do setor privado brasileiro atacarem até os mecanismos mais simples como relatório de impacto, participação social e a incorporação de itens previstos pela adoção do Brasil à *Convenção Interamericana contra o Racismo*.

E tudo isso acontece enquanto testemunhamos o colapso climático e a superação da marca do limite de 1,5 °C de aquecimento que provou o fracasso do Acordo de Paris. Ao invés de ações enérgicas para salvar o planeta, vemos propostas desenvolvimentistas caindo no conto da sereia da I.A. e correndo pra instalar *data centers* em todo o país, fragilizando sobretudo grupos minorizados e reforçando o racismo ambiental.

Considerando esse acúmulo, parece que a edição original do livro foi muito branda sobre o tipo de reações possíveis e desejadas. Talvez um olhar mais radical sobre os desafios que enfrentamos seja necessário, ainda que pareça inicialmente descolado das possibilidades que parecem mais à mão, como incidência legislativa.

6 Futuro e imaginários

Entrevistadores – Como você imagina o futuro da luta contra o racismo algorítmico no Brasil? Avançaremos com regulamentações ou corremos o risco de aprofundar desigualdades digitais?

Tarcízio Silva – Parece que estamos em um momento de virada global sobre a percepção de futuros possíveis e o papel da ideologia falsamente desenvolvimentista que domina o discurso público. Os fatores que mencionei na questão anterior são tanto sintomas quanto causas desse momento. Infelizmente não acredito que a curto prazo a importância de centralizar a luta antirracista seja abarcada por mais setores da sociedade, mas a médio e longo prazo a vulgaridade do capital e a sensorialidade do colapso climático podem empurrar mais pessoas a repensar o papel de produção coletiva de futuros sustentáveis, super-

ando o capitalismo racial.

Entrevistadores – O que você espera que leitores e leitoras negras sintam ou pensem ao terminar seu livro? Há um convite à reexistência digital nas entrelinhas?

Tarcízio Silva – Acho que diferentes modos de reapropriação, crítica e ação motivadas pelo livro são bem-vindas, sobretudo quanto a abandonar a ideologia de futuro único sobre desenvolvimento tecnológico. De forma mais específica e material, acredito que o livro se soma a outras produções intelectuais, em diversos formatos, que podem facilitar a jornada de jovens pessoas pesquisadoras a darem passos além nas investigações e reivindicações sobre justiça social frente ao uso da tecnologia digital para opressão. O grande número de casos listados no livro apresenta uma ínfima fatia das violências engendradas por grupos como Meta, Alphabet, Microsoft, IBM e outros. Se o livro ajudar que mais pessoas liguem os pontos dos dados, evidências e análises e, então, rejeitem tanto tais empresas quanto seus colaboracionistas no país, acredito que cumprirá seu papel.

Conclusão

As reflexões de Tarcízio Silva reafirmam que os algoritmos não são neutros na medida em que carregam interesses, reforçam hierarquias e moldam futuros. Mais do que denunciar, suas palavras convocam à ação coletiva, à desobediência criativa e à reinvenção de horizontes tecnológicos a partir de perspectivas negras e decoloniais. No rastro desta conversa, permanece a certeza de que enfrentar o racismo algorítmico é também disputar o imaginário sobre o futuro e que reexistir digitalmente significa reprogramar a própria possibilidade de justiça.

Agradecemos a Tarcízio Silva pela disponibilidade generosa em conceder esta entrevista e compartilhar conosco reflexões de tamanha relevância. Estendemos nosso reconhecimento às editoras-chefe da *Revista Linguagem em Foco*, Profa. Dra. Antonia Dilamar Araújo (UECE) e Profa. Dra. Débora Liberato Arruda (UECE), pela confiança no trabalho que realizamos como organizadores do dossier “*Inteligência Artificial, racismo algorítmico e outras exclusões*”.

Sobre os participantes

Tarcízio Silva (entrevistado) - Doutor em Ciências Humanas e Sociais na UFABC, mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela UFBA e especialista em Direito Internacional e Direitos Humanos. Autor do livro *Racismo Algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais*.

Júlio Araújo (entrevistador) - Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Professor Titular da Universidade Federal do Ceará (UFC), onde atua no Departamento de Letras Vernáculas e no Programa de Pós-Graduação em Linguística. Coordenador do grupo de pesquisa DIGITAL (UFC/CNPq) e do Laboratório de Letramentos e Escrita Acadêmica. E-mail: araujo@ufc.br. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3016042855685546>. OrcID: <https://orcid.org/0000-0001-7399-3769>.

Kleber Silva (entrevistador) - Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Professor Associado da Universidade de Brasília (UnB), onde atua no Curso de Letras (Português do Brasil como Segunda Língua) e no Curso de Relações Internacionais. Também é pesquisador/professor do Programa de Pós-Graduação em Linguística e em Relações Internacionais da UnB. E-mail: kleberunicamp@yahoo.com.br. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5411877784984041>. OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-7815-7767>.

Paulo Boa Sorte (entrevistador) - Professor Associado da Universidade Federal de Sergipe (UFS), onde atua como docente no Departamento de Letras Estrangeiras (DLES) e no Programa de Pós-Graduação em Educação. Coordenador do grupo de pesquisa TECLA (Tecnologias, Educação e Linguística Aplicada) E-mail: paulo-boasorte@academico.ufs.br. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0116830050245232>. OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-0785-5998>.

Eduardo de Moura Almeida (entrevistador) - Professor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), onde atua como professor na Faculdade de Ciências Aplicadas. E-mail: dumoura@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5613058994352318>. OrcID: <https://orcid.org/0000-0003-2223-9672>.